AXÉUNILAB:REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE LINGUAGENS NA LUSOFONIA
São Francisco do Conde (BA) | vol.02, nº 01| p.209- 227| jan./jun. 2026

CAPOEIRA, RELIGIOSIDADE E DISPUTAS IDENTITÁRIAS: ENTRE A ANCESTRALIDADE AFRICANA E O DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS

CAPOEIRA, RELIGIOSITY, AND IDENTITY DISPUTES: BETWEEN AFRICAN ANCESTRY AND HATE SPEECH ON SOCIAL MEDIA

Alex Almeida dos Santos
Universidade do Estado da Bahia – Brasil
ORCID iD https://orcid.org/0009-0003-1559-8033

Alexandre António Timbane
Universidade do Estado da Bahia – Brasil
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-2061-9391

RESUMO

Este artigo analisa as tensões entre cristianismo, religiosidades de matriz africana e identidade negra no contexto da capoeira, tomando como ponto de partida um debate ocorrido em um grupo de WhatsApp criado para organizar o intercâmbio do projeto cultural "Ngolo que Une", realizado entre capoeiristas das cidades do Rio de Janeiro (RJ) e Valença (BA). A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, utilizando como corpus de análise um fragmento de diálogo entre dois mestres de capoeira. O percurso metodológico compreendeu, inicialmente, a contextualização histórica da capoeira como patrimônio cultural afro-brasileiro e espaço de resistência política, social e epistemológica. Em seguida, realizou-se uma revisão da literatura sobre ancestralidade africana, identidade negra, colonialidade, decolonialidade, racismo religioso, sincretismo e religiosidades afro-brasileiras, dialogando com autores que discutem a formação da diáspora africana, os processos de apagamento cultural e as permanências das tradições africanas na cultura brasileira. Posteriormente, o diálogo foi submetido à análise interpretativa dos discursos, buscando identificar os sentidos atribuídos ao cristianismo, às religiões de matriz africana e à ancestralidade, bem como as disputas simbólicas presentes nas narrativas dos participantes. Também foi realizada uma investigação bibliográfica acerca do termo "Xokoto", relacionando sua provável origem iorubá às permanências linguísticas e culturais africanas presentes na capoeira e nas religiões afro-brasileiras. Os resultados evidenciam que a capoeira permanece como um território de disputas identitárias e epistemológicas, no qual coexistem perspectivas que defendem o sincretismo religioso e outras que reivindicam o resgate das matrizes africanas como estratégia de afirmação étnico-racial e enfrentamento da colonialidade. Conclui-se que os discursos analisados revelam a capoeira como espaço privilegiado de construção de identidades negras, preservação da memória ancestral e resistência às diferentes formas de apagamento cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade Negra; Religiosidades; Afro-brasileiras; Racismo Religioso

ABSTRACT
This study examines the tensions surrounding Christianity, African-derived religions, and Black identity within the context of capoeira, using as its point of departure a debate that emerged in a WhatsApp group created to organize the cultural exchange project "Ngolo que Une," which brought together capoeira practitioners from the cities of Rio de Janeiro (RJ) and Valença (BA), Brazil. Adopting a qualitative approach based on bibliographic and documentary research, the study analyzes an excerpt from a conversation between two capoeira masters as its primary source. The methodological framework began with a historical examination of capoeira as an Afro-Brazilian cultural heritage and as a locus of political, social, and epistemological resistance. This was followed by a comprehensive review of the literature on African ancestry, Black identity, coloniality, decoloniality, religious racism, religious syncretism, and Afro-Brazilian religions, drawing on scholars who investigate the African diaspora, the historical processes of cultural erasure, and the continuity of African traditions in Brazil. Subsequently, the selected dialogue was examined through interpretive discourse analysis in order to identify the meanings attributed to Christianity, African-derived religions, and ancestry, as well as the symbolic and ideological disputes embedded in the participants' narratives. A complementary bibliographic investigation was also conducted on the term "Xokoto," exploring its probable Yoruba origin and its relationship to the linguistic and cultural continuities preserved in capoeira and Afro-Brazilian religious traditions. The findings indicate that capoeira continues to function as a contested space in which competing identity projects and epistemological perspectives coexist. While some practitioners advocate religious pluralism and syncretism, others defend the recovery of African cultural and spiritual traditions as a strategy for affirming Black identity and confronting the enduring effects of coloniality. The study concludes that the discourses analyzed highlight capoeira as a privileged arena for the construction of Black identities, the preservation of ancestral memory, and the resistance to multiple forms of cultural erasure, reaffirming its role as a living expression of Afro-diasporic heritage in contemporary Brazil.

KEYWORDS
Black Identity; Afro-Brazilian; Religions Racism

1.Introdução

A capoeira, enquanto manifestação cultural afro-brasileira, constitui-se como um espaço de resistência, construção identitária e preservação das memórias da diáspora africana no Brasil. Pelo fato de ser uma cultura popular não se sabe ao certo quem criou e quando surgiu a capoeira. A capoeira possui uma dimensão corporal e artística, atravessada por disputas simbólicas, religiosas e políticas que refletem tensões históricas entre tradição africana, a colonialidade e a cristianização da população negra no Brasil. Nesse contexto, os discursos produzidos dentro das rodas, dos grupos e em espaços de sociabilidade da capoeira

revelam diferentes compreensões sobre a ancestralidade, a religiosidade e o pertencimento étnico-cultural.

A motivação desta pesquisa surge do episódio ocorrido em um grupo de WhatsApp criado para organização do evento chamado “Ngolo que Une”, idealizado com o propósito de promover intercâmbio cultural entre capoeiristas dos estados do Rio de Janeiro e Bahia, especialmente entre as cidades do Rio de Janeiro (RJ) e Valença (BA). Durante as interações no grupo, emergiram debates envolvendo religiosidade cristã, referências às religiões de matriz africana e questões raciais.

Um fragmento do diálogo em uma plataforma de mensagens instantâneas entre dois mestres de capoeira expõe de forma latente as complexas tensões identitárias e ideológicas que permeiam a manifestação cultural afro-brasileira na contemporaneidade. A discussão, que transita rapidamente é de uma saudação de cunho cristão para um debate sobre opressão histórica e pertencimento, revela o choque entre diferentes visões de mundo (cosmovisões) coexistentes dentro do mesmo território simbólico da capoeira. Vejamos o seguinte diálogo entre os mestres:

Mestre A - *Bom dia, com Jesus!*
Mestre B - *Jesus nunca ajudou o povo preto em nada!*
Mestre A - *Não tô aqui para desfazer de religião! Cada um com suas crenças!*
Mestre B - *Xokotô, Exu é o caminho!*
Mestre B - *Jesus é branco racista e só ajuda branco! Tá na hora de libertar nosso povo do cristianismo!*

De um lado, observa-se a manifestação de uma vertente que busca desvincular a prática cultural da herança colonial-cristã. O interlocutor identificado como "Mestre B" adota uma postura de ruptura radical e de denúncia político-social, ao associar a figura histórica e teológica de Jesus a uma estrutura de dominação eurocêntrica e racista "Jesus nunca ajudou o povo preto em nada". Ao reivindicar que "Exu é o caminho" e rejeitar o conceito ocidental de "crença" em prol da "ancestralidade", o sujeito busca legitimar a capoeira e a própria existência preta a partir de uma matriz exclusivamente africana e decolonial. Essa postura reflete o movimento de resgate e purismo cultural que enxerga o

cristianismo como uma ferramenta histórica de epistemicídio e domesticação dos corpos escravizados.

Por outro lado, o contraponto estabelecido pelo Mestre “A” ancora-se nos princípios da tolerância, do sincretismo e da convivência plural "Cada um com suas crenças. Respeito a todos". Essa defesa do respeito mútuo e da coexistência de credos não é apenas uma postura ética individual, mas espelha a própria formação histórica da capoeira no Brasil. Para sobreviver à criminalização e à perseguição institucional ao longo dos séculos XIX e XX, a capoeira frequentemente aliou-se a disfarces e alianças estratégicas, absorvendo elementos do catolicismo popular sem necessariamente esvaziar seu núcleo de resistência de matriz africana.

As falas dos participantes evidenciaram divergências ideológicas acerca do papel do cristianismo na história do povo negro, bem como da valorização das tradições africanas presentes na capoeira. As religiões estão presentes na nossa sociedade e desempenham um papel preponderante na vida em sociedade. Os escravizados, antes de entrar nos navios negreiros eram batizados e obrigados a abandonar as práticas locais dos seus povos. As ideologias religiosas são e foram sempre fundamentais para os ajustes sociais, tal como Giacomazzi, Macedo, Baldé (2024) debatem na obra “Sociedades Africanas: religiosidades, identidades e conexões globais”.

A partir dos acontecimentos históricos, surge a necessidade de compreender como os discursos sobre ancestralidade africana, religiosidade e identidade negra são construídos no universo da capoeira contemporânea. Além disso, o termo “Xokoto”, citado durante o diálogo e associado a elementos da tradição iorubá e das religiões afro-brasileiras, desperta reflexões sobre permanências culturais africanas no vocabulário, nos símbolos e nas práticas culturais afro-diaspóricas. Dessa forma, este estudo busca analisar as tensões entre cristianismo, religiosidades afro-brasileiras e identidade negra no contexto da capoeira, compreendendo como essas disputas discursivas atravessam os processos de construção identitária dos sujeitos envolvidos. O trabalho também pretende discutir a capoeira enquanto território de resistência cultural e espaço de reafirmação das heranças africanas no Brasil.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de ampliar o debate sobre as relações entre capoeira, ancestralidade africana, religiosidade e identidade

negra, considerando que essas dimensões permanecem atravessadas por disputas simbólicas e ideológicas na contemporaneidade (Souza, 2022). Ao analisar um episódio de interação ocorrido em uma rede social digital, o estudo evidencia como discursos sobre pertencimento étnico-racial, colonialidade, racismo religioso e valorização das matrizes africanas são produzidos, negociados e confrontados no interior da comunidade capoeirística. Dessa forma, a pesquisa contribui para os estudos sobre cultura afro-brasileira, decolonialidade e análise do discurso, ao demonstrar que a capoeira continua sendo um importante espaço de resistência, preservação da memória ancestral e construção de identidades negras.

Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, discutindo os conceitos de capoeira, ancestralidade africana, identidade negra, colonialidade, religiosidades afro-brasileiras e racismo religioso. Na sequência, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Em seguida, desenvolve-se a análise e discussão dos discursos produzidos pelos participantes do diálogo, relacionando-os aos aportes teóricos apresentados. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se retomam os principais resultados da investigação, suas contribuições para o campo de estudos da capoeira e da cultura afro-brasileira, bem como as possibilidades para pesquisas futuras.

2.Capoeira como território de memória, resistência e identidade

A capoeira ocupa um lugar singular na formação cultural brasileira, constituindo-se como uma das maiores expressões da resistência negra durante e após o período escravista. Mais do que uma prática corporal, ela representa um sistema complexo de sociabilidade, memória ancestral, espiritualidade, musicalidade e construção identitária. Historicamente, a capoeira foi criminalizada pelo Estado brasileiro por carregar elementos considerados ameaçadores à ordem colonial e republicana, sobretudo por sua relação direta com a população negra marginalizada. Segundo Sodré (1983), as manifestações culturais afro-brasileiras devem ser compreendidas como formas de resistência simbólica diante da lógica colonial que buscou apagar as referências africanas no Brasil. Nesse sentido, a capoeira emerge como um espaço de preservação de saberes ancestrais, onde corpo, música, oralidade e espiritualidade articulam experiências coletivas de pertencimento.

Ao longo do tempo, a capoeira deixou de ser apenas uma prática de resistência física e passou a se consolidar também como um espaço de disputa narrativa sobre o que significa ser negro, africano e brasileiro. Oliveira e Leal (2009) no capítulo "Capoeira e identidade nacional: de crime político à patrimônio cultural do Brasil" demonstram que "A história da capoeira foi marcada por perseguições policiais, prisões, racismo e outras formas de controle social que os agentes dessa prática cultural experimentaram em sua relação com o Estado brasileiro" (Oliveira, Leal, 2009, p.44).

Dentro das rodas, dos grupos e dos espaços de convivência da capoeira, diferentes sujeitos produzem discursos acerca da ancestralidade, da religiosidade e da identidade negra. Esses discursos nem sempre são harmônicos; muitas vezes revelam conflitos ideológicos, tensões religiosas e divergências sobre os sentidos da herança africana. É justamente nessa tensão que se encontra o centro problemático deste estudo: a capoeira, embora nascida de matrizes africanas, tornou-se também um espaço atravessado por disputas religiosas, sobretudo pela crescente presença do cristianismo evangélico em comunidades negras periféricas. Assim, a principal tensão do tema reside no conflito entre a valorização da ancestralidade africana e os processos históricos de negação das tradições afro-brasileiras.

A compreensão da memória ancestral presente na capoeira dialoga diretamente com a concepção de memória coletiva desenvolvida por Halbwachs (2006) e por Barbosa (2007), para quem a memória não se constitui como um fenômeno exclusivamente individual, mas é continuamente construída, preservada e atualizada nos quadros sociais em que os sujeitos estão inseridos. Nessa perspectiva, as lembranças somente adquirem significado quando compartilhadas e reafirmadas pelas práticas, tradições e relações estabelecidas em uma comunidade. Assim, embora os processos de escravização, colonização e colonialidade tenham produzido mecanismos de silenciamento histórico e de apagamento das referências africanas, tais estratégias não foram capazes de extinguir a memória coletiva das populações negras. Ao contrário, essa memória permaneceu inscrita nas práticas culturais e foi continuamente reatualizada por meio da oralidade, da musicalidade, dos rituais, da religiosidade, da corporeidade e da própria roda de capoeira.

Nesse sentido, a capoeira constitui-se como um dos principais espaços de preservação e transmissão da memória coletiva afro-brasileira, onde saberes ancestrais são constantemente reinterpretados pelas novas gerações, fortalecendo identidades e reafirmando vínculos de pertencimento. Como observa Halbwachs (2006), a memória existe porque encontra sustentação nos grupos sociais; desse modo, as rodas de capoeira funcionam como verdadeiros quadros sociais da memória, permitindo que experiências históricas compartilhadas sejam continuamente reconstruídas e ressignificadas frente aos desafios impostos pela colonialidade.

Nessa mesma direção, Eckert (2010) argumenta que a memória coletiva é inseparável da identidade narrativa, uma vez que os grupos elaboram suas histórias e tradições por meio de narrativas compartilhadas que conferem sentido à experiência coletiva. Assim, a ancestralidade africana preservada na capoeira não representa apenas uma recordação do passado, mas um processo permanente de construção identitária e resistência cultural, no qual memória, tradição e pertencimento se articulam como formas de enfrentamento às práticas históricas de apagamento e deslegitimação das matrizes africanas.

A grande verdade que muitos discursos evitam enxergar é que a intolerância contra as religiões de matriz africana frequentemente se manifesta dentro dos próprios espaços afrodescendentes. Em outras palavras, sujeitos negros que historicamente sofreram perseguição racial acabam reproduzindo discursos coloniais que demonizam elementos centrais de sua própria ancestralidade cultural. Terminamos esta seção citando Oliveira e Leal (2009, p.54) quando afirmam que “a história da capoeira apresenta em toda sua extensão a peculiaridade de ser a história de uma dinâmica cultural em reinvenção constante e que qualquer tentativa de analisá-la no passado, com elementos do presente, poderá levar o estudioso a incorrer em graves equívocos.” A capoeira que se observa hoje, com as suas peculiaridades (gingado, o canto, os instrumentos musicais, as palmas) representam uma resistência milenar que reforça a resistência dos povos trazidos na diáspora.

3.A diáspora africana e a fragmentação da identidade negra

Hall (2006) compreende a identidade cultural como um processo em constante transformação. Para o autor, as identidades não são fixas nem essencialistas, mas construídas historicamente através de relações de poder, deslocamentos e experiências sociais. No caso da diáspora africana, a escravidão produziu rupturas violentas nos sistemas culturais africanos. Povos de diferentes etnias foram separados de seus territórios, línguas e tradições, sendo forçados a reconstruir suas identidades em um contexto marcado pela violência colonial.

Mesmo diante dessas rupturas, muitos elementos africanos sobreviveram nas práticas culturais afro-brasileiras, especialmente na música, na dança, na oralidade e nas religiões de matriz africana. A capoeira é uma dessas permanências. Porém, a diáspora também gerou processos de fragmentação identitária. Muitos sujeitos negros passaram a negar elementos de sua ancestralidade como estratégia de sobrevivência social em uma sociedade racista. A aproximação com valores cristãos europeus foi historicamente incentivada como forma de aceitação social.

Compreender os processos de colonialidade, cristianização e apagamento da ancestralidade africana exigem, inicialmente, romper com a visão homogênea que historicamente foi construída sobre a África. O continente africano é formado por 54 países soberanos, nos quais coexistem milhares de grupos étnicos, línguas, cosmologias, sistemas políticos, práticas religiosas e manifestações culturais distintas. Assim, não é possível falar em uma única "cultura africana", mas em uma pluralidade de culturas que expressam diferentes formas de organização social, produção de conhecimento e relação com a natureza, a espiritualidade e a ancestralidade. Essa diversidade antecede a colonização europeia e constitui um dos principais elementos da riqueza histórica do continente.

Munanga (1999) destaca que o racismo atua não apenas sobre o corpo negro, mas também sobre sua memória cultural. Assim, negar as tradições africanas muitas vezes torna-se um mecanismo de busca por pertencimento em uma sociedade estruturada pela lógica branca ocidental. Essa fragmentação identitária explica por que conflitos religiosos surgem dentro da capoeira. Enquanto alguns grupos compreendem a ancestralidade africana como elemento fundamental da prática capoeirística, outros defendem uma separação entre capoeira e

religiosidade afro-brasileira. O debate analisado neste artigo evidencia exatamente essa ruptura. De um lado, aparecem discursos que associam Jesus ao colonialismo branco e opressor; de outro, sujeitos que enxergam a fé cristã como parte legítima de sua experiência pessoal e espiritual. A grande questão é que ambos os lados frequentemente reproduzem discursos de intolerância. Assim, o conflito deixa de ser apenas religioso e passa a envolver disputas simbólicas sobre quem possui legitimidade para definir os sentidos culturais da capoeira.

4.Intolerância religiosa e discurso de ódio nas redes sociais

Com o avanço das tecnologias digitais, os conflitos identitários passaram a ocupar também os espaços virtuais. Redes sociais e aplicativos de mensagens transformaram-se em ambientes de disputas ideológicas intensas, marcadas muitas vezes pela intolerância religiosa, pelo racismo e pelo discurso de ódio. O conceito de *hate speech* (discurso de ódio) refere-se a manifestações que atacam indivíduos ou grupos com base em características identitárias como raça, religião, gênero ou origem étnica. Embora frequentemente associado ao racismo explícito, o discurso de ódio também pode se manifestar através da intolerância religiosa.

A intolerância religiosa pode ser compreendida como toda prática de discriminação, exclusão, violência, estigmatização ou negação de direitos dirigida a indivíduos ou grupos em razão de suas crenças, práticas religiosas ou pertencimento a determinada tradição espiritual. Trata-se de um fenômeno social que ultrapassa a simples divergência de convicções, configurando-se como uma violação aos direitos humanos fundamentais, especialmente ao direito à liberdade de consciência, de crença e de culto. No contexto brasileiro, a intolerância religiosa incide de forma desproporcional sobre as religiões de matriz africana e, historicamente, também sobre as espiritualidades dos povos originários, revelando a permanência das estruturas da colonialidade que hierarquizaram culturas e sistemas religiosos segundo parâmetros eurocêntricos.

Em perspectiva semelhante, Quijano (2005) demonstra que a colonialidade do poder não se restringiu à exploração econômica dos povos colonizados, mas estabeleceu uma classificação racial e cultural que legitimou a superioridade da racionalidade europeia e a inferiorização das cosmologias africanas e indígenas. Dessa forma, a intolerância religiosa constitui uma das expressões

contemporâneas da colonialidade, uma vez que reproduz mecanismos históricos de exclusão e negação da diversidade cultural e religiosa.

No campo jurídico, o ordenamento brasileiro reconhece a liberdade religiosa como direito fundamental. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso VI, assegura a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, garantindo o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos seus locais de celebração e liturgias. Além disso, o art. 215 determina que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, enquanto o art. 216 reconhece como patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais que expressam a identidade e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. No que se refere aos povos indígenas, a Constituição estabelece, em seu art. 231, o reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, reafirmando o dever do Estado de proteger seus modos de vida e suas manifestações culturais.

Em âmbito infraconstitucional, destaca-se a Lei Federal nº 7.716/1989, alterada pela Lei nº 9.459/1997, que tipifica como crime a prática, indução ou incitação à discriminação ou preconceito em razão da religião. No Estado da Bahia, a Lei Estadual nº 13.182, de 6 de junho de 2014, instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, estabelecendo diretrizes para a promoção da igualdade racial, da liberdade religiosa e do enfrentamento às diversas formas de discriminação. O Estatuto reconhece que compete ao Estado assegurar a proteção das tradições religiosas, especialmente aquelas historicamente vulnerabilizadas, promovendo políticas públicas destinadas à garantia da igualdade de oportunidades, à valorização da diversidade cultural e ao combate à intolerância racial e religiosa.

A proteção jurídica também alcança os povos originários, cujos sistemas de crenças, rituais e espiritualidades constituem parte indissociável de sua identidade coletiva. A Constituição Federal assegura o direito desses povos à preservação de suas tradições e formas próprias de organização social, enquanto instrumentos internacionais ratificados pelo Brasil, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), garantem o direito dos povos indígenas e tribais de preservar suas instituições sociais, culturais, religiosas e espirituais, exigindo

que o Estado respeite sua autodeterminação e participação nas decisões que afetem seus modos de vida.

Nesse contexto, a discussão sobre intolerância religiosa ultrapassa o campo das crenças individuais e insere-se no debate sobre justiça social, direitos humanos e reconhecimento da diversidade cultural. As agressões dirigidas às religiões de matriz africana e às espiritualidades indígenas não representam apenas ataques à liberdade de culto, mas também tentativas de deslegitimar memórias coletivas, ancestralidades e formas próprias de produção de conhecimento. Considerando que a capoeira preserva elementos oriundos dessas matrizes culturais, as disputas religiosas observadas em seus espaços de sociabilidade evidenciam que a intolerância religiosa continua sendo um dos mecanismos de reprodução da colonialidade, reforçando a necessidade de políticas públicas e práticas educativas voltadas ao reconhecimento da pluralidade religiosa e ao fortalecimento dos direitos culturais garantidos pelo ordenamento jurídico brasileiro.

No Brasil, as religiões de matriz africana figuram entre os principais alvos de ataques virtuais. Comentários que associam orixás ao demônio, acusações de feitiçaria ou discursos que classificam religiões afro-brasileiras como malignas constituem formas de violência simbólica. Entretanto, o fenômeno torna-se ainda mais complexo quando esses conflitos acontecem dentro de grupos afrodescendentes. Isso porque o racismo religioso passa a operar de maneira internalizada, reproduzindo estruturas coloniais dentro das próprias comunidades negras.

O ambiente virtual potencializa tais conflitos. A ausência do contato presencial favorece radicalizações discursivas, agressões simbólicas e ataques identitários. Muitas vezes, mensagens enviadas em grupos de WhatsApp ou redes sociais tornam-se formas de cyberbullying religioso. O cyberbullying religioso pode ser compreendido como a prática de humilhar, atacar ou constranger indivíduos devido às suas crenças religiosas através de meios digitais. Diferentemente de debates teológicos saudáveis, o cyberbullying religioso busca inferiorizar o outro, ridicularizar símbolos sagrados ou deslegitimar identidades culturais.

No episódio analisado, as falas produzidas no grupo virtual ultrapassam o campo da divergência religiosa e aproximam-se de discursos de ataque identitário. Quando uma crença é associada à opressão racial absoluta ou quando outra

tradição religiosa é reduzida a elementos demonizados, cria-se um ambiente de hostilidade simbólica. Assim, a capoeira contemporânea passa a refletir uma problemática mais ampla da sociedade brasileira: a incapacidade de construir diálogos interculturais em ambientes digitais polarizados. Do ponto de vista metodológico, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A investigação fundamenta-se na revisão da literatura sobre capoeira, ancestralidade africana, identidade negra, colonialidade, decolonialidade e religiosidades afro-brasileiras, articulando contribuições teóricas de autores que discutem as permanências culturais africanas e os processos de construção identitária no contexto da diáspora. Complementarmente, utiliza-se como fonte documental um fragmento de diálogo extraído de um grupo de WhatsApp criado para a organização do projeto cultural "Ngolo que Une", submetido à análise interpretativa dos discursos, com o objetivo de compreender as tensões simbólicas e ideológicas presentes nas narrativas sobre cristianismo, ancestralidade africana e identidade negra no universo da capoeira contemporânea.

5.Racismo religioso e violência simbólica

Pierre Bourdieu (2012) define violência simbólica como a imposição de sentidos e significados culturais que naturalizam relações de dominação. No caso brasileiro, a violência simbólica contra as religiões afro-brasileiras ocorre quando práticas culturais africanas são inferiorizadas diante do padrão religioso cristão hegemônico. Essa violência não se manifesta apenas por meio de agressões físicas, depredações de terreiros ou ataques a seus praticantes, mas também se reproduz em discursos cotidianos, piadas, estigmatizações, estereótipos e processos de silenciamento que naturalizam a inferiorização das religiões de matriz africana.

Nesse contexto, o racismo religioso constitui uma expressão específica do racismo estrutural, na medida em que associa historicamente a negritude à inferioridade moral, espiritual e civilizatória. Desde o período colonial, as cosmologias africanas foram sistematicamente classificadas pelo pensamento eurocêntrico como práticas pagãs, primitivas, demoníacas ou incompatíveis com os valores da civilização cristã ocidental. Tal construção discursiva legitimou políticas de perseguição, criminalização e repressão às manifestações religiosas

africanas e afro-brasileiras, cujos efeitos permanecem presentes nas relações sociais contemporâneas. Conforme discutem Giacomazzi, Macedo e Baldé (2024), a diversidade religiosa africana constitui parte fundamental da complexidade histórica e cultural do continente, sendo resultado de múltiplas experiências civilizatórias, conexões interculturais e processos históricos próprios. Os autores demonstram que as religiosidades africanas não podem ser reduzidas a concepções homogêneas ou estereotipadas, pois expressam sistemas filosóficos complexos, formas específicas de organização social, produção de conhecimento e elaboração ética da vida coletiva. A desqualificação dessas tradições durante a colonização representou não apenas a negação de práticas religiosas, mas também um processo de deslegitimação de epistemologias africanas, contribuindo para o apagamento de identidades, memórias e formas próprias de compreender o mundo. Sob essa perspectiva, o racismo religioso ultrapassa o âmbito da intolerância entre credos e revela-se como mecanismo de continuidade da colonialidade, na medida em que mantém hierarquias culturais e religiosas herdadas do projeto colonial, reproduzindo desigualdades que afetam especialmente as populações negras e suas expressões ancestrais.

Mesmo após avanços legais relacionados à liberdade religiosa, as religiões afro-brasileiras continuam sofrendo estigmatização social. Em muitos contextos, praticantes de Umbanda e Candomblé ocultam sua religiosidade para evitar discriminação. Dentro da capoeira, essa problemática adquire contornos específicos, pois muitos elementos culturais da prática possuem relação histórica com cosmologias africanas. Cantigas, instrumentos, rituais e símbolos carregam referências ancestrais. Contudo, a crescente expansão de grupos religiosos conservadores em espaços periféricos tem produzido tentativas de "desafricanização" da capoeira. Alguns grupos defendem uma capoeira exclusivamente esportiva ou desvinculada das tradições afro-religiosas. A tensão central do artigo emerge exatamente dessa disputa: é possível separar a capoeira de suas raízes africanas sem reproduzir apagamentos culturais? A verdade frequentemente evitada por muitos discursos é que negar a ancestralidade africana da capoeira significa também negar parte da memória histórica da resistência negra no Brasil.

O corpo sempre ocupou posição central na experiência da capoeira. Entretanto, o corpo negro não é apenas biológico; ele é também político, simbólico e histórico. Michel Foucault(1987) afirma que o poder atua diretamente sobre os corpos através de mecanismos de disciplina e controle social. Durante o período colonial, o corpo negro foi simultaneamente explorado economicamente e reprimido culturalmente. A capoeira surge como prática de resistência corporal contra essa lógica de dominação. Gingas, golpes e movimentos expressavam estratégias de sobrevivência diante da violência colonial.

Porém, o corpo negro também se tornou alvo de disputas religiosas. Em muitos discursos cristãos conservadores, manifestações corporais ligadas à cultura afro-brasileira foram historicamente associadas ao pecado ou à demonização. Assim, o conflito contemporâneo dentro da capoeira não é apenas teórico ou ideológico; ele atravessa diretamente os corpos dos praticantes. A forma de cantar, vestir-se, movimentar-se e expressar espiritualidade torna-se objeto de julgamento moral. Nesse sentido, o debate analisado neste artigo revela como o corpo negro continua sendo um território de disputa simbólica entre ancestralidade africana e colonialidade religiosa.

6.Capoeira, pertencimento e crise identitária contemporânea

A tensão central desse debate reside, portanto, na disputa entre uma identidade negra que reivindica a ancestralidade africana como elemento constitutivo de sua existência e outra que se constitui sob a influência dos processos históricos de cristianização e da colonialidade. Tal conflito extrapola o campo estritamente religioso, envolvendo diferentes formas de pertencimento, memória histórica, produção de identidades e reconhecimento cultural. Não se trata apenas da escolha entre sistemas de crenças, mas da disputa em torno das narrativas que legitimam ou invisibilizam as heranças africanas na formação da sociedade brasileira. Entretanto, conforme demonstra Souza (2022), os projetos coloniais voltados ao apagamento das culturas africanas jamais alcançaram plenamente seus objetivos.

A contemporaneidade é marcada por profundas crises identitárias. Stuart Hall(2006) afirma que o sujeito pós-moderno vive em constante deslocamento cultural, negociando múltiplas identidades simultaneamente. No caso da juventude

negra periférica, essa crise torna-se ainda mais intensa devido às pressões do racismo estrutural, das desigualdades sociais e das disputas religiosas. A capoeira aparece como espaço de reconstrução identitária, oferecendo pertencimento coletivo e valorização cultural. Entretanto, ela também reproduz conflitos presentes na sociedade. As redes sociais ampliaram essas disputas. Discursos antes restritos às rodas presenciais agora circulam rapidamente em grupos digitais, alcançando grande repercussão.

O ambiente virtual favorece simplificações radicais. Assim, indivíduos passam a enxergar o outro apenas como inimigo ideológico, dificultando diálogos complexos sobre identidade e ancestralidade. Nesse contexto, a intolerância religiosa torna-se uma das expressões contemporâneas do racismo estrutural. O ataque às religiões afro-brasileiras não é apenas um conflito de fé; trata-se também de uma tentativa histórica de silenciar culturas negras. Por outro lado, discursos que reduzem toda experiência cristã negra a mera alienação colonial também ignoram a complexidade das experiências afro-diaspóricas. Portanto, o maior conflito do tema está justamente na incapacidade de reconhecer que identidades negras são múltiplas, híbridas e atravessadas por diferentes experiências religiosas.

Freire (1987) afirma que os oprimidos frequentemente internalizam a lógica dos opressores. Essa reflexão ajuda a compreender por que sujeitos historicamente marginalizados podem reproduzir discursos intolerantes. O racismo religioso opera exatamente dessa forma: ele leva sujeitos negros a rejeitarem elementos de sua própria ancestralidade em nome de uma suposta superioridade civilizatória cristã. Entretanto, o movimento contrário também pode gerar novas formas de intolerância. Quando toda experiência cristã negra é automaticamente associada à submissão colonial, desconsidera-se a agência histórica de milhões de sujeitos negros que ressignificaram o cristianismo em suas trajetórias. Assim, o artigo propõe compreender o conflito não a partir de posições absolutas, mas como expressão das feridas históricas produzidas pela colonialidade. O objetivo não é definir qual religião possui legitimidade, mas analisar como discursos religiosos podem tanto fortalecer quanto fragmentar identidades negras dentro da capoeira.

As discussões de Amaral e Santos (2015) nos mostram a resistência permanente que se manifesta de diversas formas. Os autores sustentam que as

músicas associadas ao ritual das rodas de capoeira expressam justamente a luta de nossos afrodescendentes pelo reconhecimento de uma cultura ancestral, cuja força tem sido responsável por romper com a amnésia social imposta sobre a história do negro no Brasil. Essa luta poderia ser preservada na memória coletiva das sociedades e refletindo como lugares da manifestação das culturas e tradições.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar as tensões entre cristianismo, religiosidades de matriz africana e identidade negra no contexto da capoeira contemporânea, tomando como objeto de reflexão um episódio ocorrido em um grupo de WhatsApp criado para a organização do projeto cultural "Ngolo que Une". A partir da pesquisa bibliográfica e documental, bem como da análise interpretativa dos discursos produzidos pelos participantes do diálogo, foi possível compreender como as disputas em torno da ancestralidade africana, da religiosidade e do pertencimento étnico-racial continuam atravessando os espaços de sociabilidade da capoeira. Nesse sentido, considera-se que os objetivos propostos na introdução foram alcançados, uma vez que a investigação permitiu identificar os significados atribuídos às diferentes matrizes religiosas presentes na capoeira, evidenciando como tais discursos expressam permanências da colonialidade e do racismo religioso na sociedade brasileira.

Os resultados da pesquisa demonstram que a capoeira permanece como um território de resistência cultural, mas também de disputas simbólicas e epistemológicas. As falas analisadas revelam que, embora exista amplo reconhecimento da capoeira como patrimônio da cultura afro-brasileira, persistem conflitos relacionados à aceitação ou rejeição das religiosidades de matriz africana e da própria ancestralidade que fundamenta historicamente essa manifestação cultural. A principal tensão identificada reside na coexistência de diferentes projetos identitários: de um lado, grupos que reivindicam a valorização das matrizes africanas como elemento constitutivo da capoeira; de outro, sujeitos que buscam dissociar essa prática de suas referências religiosas e ancestrais, reproduzindo, muitas vezes, discursos construídos historicamente pelos processos de colonialidade e cristianização.

A pesquisa também evidenciou que a intolerância religiosa não se restringe aos espaços físicos de convivência, mas se manifesta de maneira crescente nas redes sociais e plataformas digitais. O episódio analisado demonstra que ambientes virtuais, como grupos de WhatsApp, podem tornar-se espaços de reprodução da violência simbólica, do racismo religioso e de discursos de ódio que atingem diretamente as identidades afro-diaspóricas. Ao mesmo tempo, esses ambientes também podem favorecer processos de conscientização, debate crítico e fortalecimento da memória coletiva, desde que pautados pelo respeito à diversidade religiosa e cultural. Barbosa (2007) apresenta um conjunto de recomendações de salvaguarda para a prática e difusão da capoeira no Brasil focando para a necessidade da conservação da memória cultural e históricas dos povos africanos e afrodescendentes.

Outro aspecto relevante evidenciado pela investigação refere-se à permanência das matrizes civilizatórias africanas na capoeira. Conforme discutido ao longo do artigo, as tentativas históricas de apagamento da ancestralidade africana, promovidas pela escravização, pela colonialidade e pelos processos de cristianização, não foram capazes de eliminar os saberes, valores e práticas herdados dos diferentes povos africanos que constituíram a diáspora. Ao contrário, esses conhecimentos foram continuamente recriados e preservados por meio da oralidade, da musicalidade, da corporeidade, da ritualidade e das diversas formas de organização comunitária presentes na capoeira, reafirmando-a como espaço privilegiado de preservação da memória coletiva e de resistência cultural.

Por fim, reconhece-se que esta pesquisa não esgota a complexidade do tema. Ao contrário, os resultados obtidos apontam para a necessidade de novas investigações que ampliem a compreensão sobre as relações entre capoeira, religiosidade, identidade negra e comunicação digital. Estudos futuros poderão incorporar entrevistas com mestres e praticantes de diferentes linhagens da capoeira, observações etnográficas em rodas e eventos, análises de interações em outras plataformas digitais e investigações comparativas entre diferentes regiões do Brasil e da diáspora africana. Tais desdobramentos poderão contribuir para aprofundar o debate sobre os impactos da colonialidade nas manifestações culturais afro-brasileiras, bem como para fortalecer estratégias de enfrentamento

ao racismo religioso e de valorização da ancestralidade africana como patrimônio histórico, cultural e civilizatório.

A verdade frequentemente evitada pelos discursos intolerantes é que tanto o racismo religioso quanto os ataques identitários virtuais reproduzem estruturas coloniais de exclusão. Ao aproximar o debate da noção de cyberbullying religioso e discurso de ódio, este estudo demonstra que as redes sociais se transformaram em novos territórios de violência simbólica. Contudo, também podem tornar-se espaços de conscientização crítica e reconstrução do diálogo intercultural.

Referências

AMARAL, M. G. T. do.; SANTOS, V. S. dos. Capoeira, herdeira da diáspora negra do Atlântico: de arte criminalizada a instrumento de educação e cidadania. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* nº 62, p. 54-73, dez. 2015.

BAHIA. *Lei nº 13.182, de 6 de junho de 2014.* Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia.

BARBOSA, W. de D. *Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil.* Brasília: s.e. 2007.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.* Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

BRASIL. *Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997.* Altera dispositivos da Lei nº 7.716/1989.

ECKERT, C. Memória coletiva e identidade narrativa. In: FERREIRA, M.L.M.; FERREIRA, F. M. (Org.). *Memória, patrimônio e tradição*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2010. p. 169-196.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas.* Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir.* Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIACOMAZZI, G. dos S; MACEDO, J. R; BALDÉ, S. *Sociedades africanas: religiosidades, identidades e conexões globais*. Recife: EDUPE, 2024.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. A *identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KI-ZERBO, J. (Org.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África.* 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. v. 1.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, J. P. de; LEAL, L. A. P. Capoeira e identidade nacional: de crime político à patrimônio cultural do Brasil. In: OLIVEIRA, J. P. de. LEA, L. A. P. (Org.). *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 43-55.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. C*onvenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais*. Genebra: OIT, 1989.

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SODRÉ, M. A *verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

SODRÉ, M. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, L. N. de. *História da África*. Recife: UNICAP Digital, 2022

Minibiografia do autor: Alex Almeida dos Santos, Mestrando em Estudos Africanos e Representações da África, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, atualmente professor na Secretaria Municipal de Educação da cidade de Valença – BA. E-mail: alexlaurrent@yahoo.com.br

Minibiografia do autor: Alexandre António Timbane, Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África (PPGEARA), docente da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: alexandretimbane@uneb.br

Para citar este artigo: SANTOS, Alex Almeida dos; TIMBANE, Alexandre António. Capoeira, religiosidade e disputas identitárias: entre a ancestralidade africana e o discurso de ódio nas redes sociais**. AXÉUNILAB: Revista Internacional de Estudos de Linguagens na Lusofonia.** São Francisco do Conde (BA), vol.02, nº01, 209-227, jan./jun.2026. (Editoras: Kátia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão (MEL/UNILAB), Magna Suely dos Santos Aquino (MEL, UNILAB) & Valentina Oliveira da Silva (PPGEL/UEFS).